

SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL
JORGE HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUZA
Coordenadores

Armando Castelar Pinheiro
Prefácio

DIREITO E INFRAESTRUTURA
PORTOS E TRANSPORTE AQUAVIÁRIO –
20 ANOS DA LEI Nº 10.233/2001

1

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos zero-gráficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriane de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármem Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinora Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FORUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Imagem de capa: www.freepik.com

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598	Direito e infraestrutura: portos e transporte aquaviário – 20 anos da Lei nº 10.233/2001 / Sebastião Botto de Barros Tojal, Jorge Henrique de Oliveira Souza (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
	430p; 17x24cm
	v. 1. Obra em dois volumes.
	ISBN: 978-65-5518-210-1
	1. Direito Público. 2. Direito Regulatório. 3. Contratos Administrativos. I. Tojal, Sebastião Botto de Barros. II. Souza, Jorge Henrique de Oliveira. III. Título.
	CDD 341.3
	CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TOJAL, Sebastião Botto de Barros; SOUZA, Jorge Henrique de Oliveira (Coord.). *Direito e infraestrutura: portos e transporte aquaviário – 20 anos da Lei nº 10.233/2001*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. v. 1, 430p. ISBN 978-65-5518-210-1.

SUMÁRIO

 PREFÁCIO

Armando Castelar Pinheiro	13
--	----

Agências reguladoras e seus limites

Alexandre de Moraes	27
1 Introdução.....	27
2 O papel regulatório do Estado e o poder normativo das agências reguladoras.....	29
3 Agências reguladoras e ADI nº 4.874.....	33
4 Conclusão	36
Referências.....	37

Direito da infraestrutura pelo processo – Um ensaio sobre a tomada de decisão em casos complexos a partir dos princípios previstos no art. 11 da Lei nº 10.233/01

Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, André Petzhold Dias	39
1 Introdução	39
2 Processualização da atividade administrativa e sua repercussão no direito da infraestrutura	41
3 Processo de tomada de decisão a partir do art. 11 da Lei nº 10.233/01.....	45
4 Estudo de caso	47
5 Conclusão	51
Referências.....	52

A reversibilidade de bens nos arrendamentos portuários e regimes de transição

Alexandre Santos de Aragão	55
1 Introdução.....	55
2 O regime jurídico híbrido de contratos de arrendamentos portuários de transição	56

3	Regime de bens de arrendamentos celebrados à luz do art. 27, Decreto-Lei nº 5/1966	57
4	Regime de bens de arrendamentos celebrados à luz da Lei nº 12.815/2013	60
5	Princípios norteadores na definição dos bens reversíveis	66
6	Conclusão	70
	Referências.....	71

TCU: chegou a hora de respeitar a autonomia regulatória da ANTT e Antaq?

	André Rosilho, Jacintho Arruda Câmara, Vera Monteiro	73
1	Introdução.....	73
2	O discurso do TCU sobre o controle da regulação	76
3	Controle da regulação pelo TCU. O caso da sustação dos efeitos de ato normativo editado pela Antaq	82
4	Resolução TCU nº 315, de 2020, e o esforço de autolimitação do Tribunal	86
	Referências.....	88

Regulação tarifária e expansão das autorizações: dois avanços, lado a lado, da Lei nº 10.233, de 2001

	Bruno de Oliveira Pinheiro, Sandro José Monteiro	91
1	Introdução.....	91
2	Da definição e da natureza das tarifas portuárias e preços, na ótica da Lei nº 10.233, de 2001	97
3	Mecanismos de incentivo à eficiência em preços	101
3.1	Regulação de preços e eficiência nos títulos autorizativos.....	104
4	A revisão tarifária e a Lei nº 10.233, de 2001.....	106
5	Conclusões	112
	Referências.....	113

Interface entre regulação e antitruste nos setores portuário e ferroviário

	Clèmerson Merlin Clève, Melina Breckenfeld Reck	115
1	Introdução.....	115
2	Setores estratégicos de infraestrutura, criação das agências reguladoras, diferenciação entre serviço público e atividade econômica <i>stricto sensu</i>	118

3	Estado regulador e regulação	122
4	Interface entre regulação e antitruste nos portos e ferrovias	126
5	Conclusão	137
	Referências.....	138

A regulação abduzida: o TCU no exercício da regulação de competência da Antaq

Floriano de Azevedo Marques Neto, Fabio Barbalho Leite.....	141
1 Para uma introdução: o escopo do trabalho.....	141
2 Os casos e seus temas.....	144
2.1 O controle da função regulatória.....	144
2.2 O controle da gestão contratual.....	150
2.2.1 Continuidade de contratos de arrendamento e afetação de áreas internas do porto	150
2.2.2 Dever de licitação	151
2.2.3 Instrução do processo licitatório	152
2.2.4 Prorrogação de contrato de arrendamento x licitação	154
2.3 Controle tarifário	160
2.4 A relação porto-cidade.....	163
3 A atuação do TCU em tema portuário: <i>mapeamento do programa</i>	168

O papel da Antaq ante o novo regime de exploração nos portos organizados

Heloísa Armelin	177
1 Introdução.....	177
2 A minireforma da Lei dos Portos e o novo regime de exploração portuária: o arrendamento privado.....	178
2.1 As mudanças promovidas na Lei nº 12.815/2013.....	178
2.2 Os contratos de arrendamento privados.....	184
3 O novo papel da Antaq no contexto da desestatização das autoridades portuária: análise a partir do “caso Codesa”.....	187
3.1 Celebração dos novos contratos de arrendamento privados.....	189
3.2 Transferência de titularidade dos contratos de arrendamento vigentes	194
3.3 Execução dos contratos de arrendamento	202
4 Conclusões.....	208
Referências.....	210

Antaq – 20 anos!

Igor Sant’Anna Tamasauskas	215
1 Introdução.....	215
2 Do Estado provedor ao Estado regulador	217
3 Crítica pela possibilidade de captura	221
4 Agência como delegada do legislador: qual norma?	225
5 Horizontes para os próximos 20 anos	228
6 Conclusões.....	231
Referências.....	232

Integração ferro-portuária e os efeitos de uma operação verticalizada dos diferentes modais de transporte – Uma análise acerca das externalidades geradas pela operação verticalizada de modais ferro-portuários

Isadora Cohen, Casemiro Tércio Carvalho, Jéssica Loyola Caetano Rios, Matheus Silva Cadedo	235
1 Introdução.....	235
2 O escoamento de cargas: a relevância da integração porto-ferrovia	237
3 A verticalização da cadeia de transportes e seus efeitos.....	240
4 O papel da ANTT e da Antaq no tratamento da verticalização dos sistemas ferro-portuários	245
5 Uma possível alternativa: a proposta da FIPS.....	252
6 Conclusão	254
Referências	255

Flexibilização dos contratos de arrendamento

Jorge Henrique de Oliveira Souza	257
1 Introdução.....	257
2 O dinamismo tecnológico e econômico em que estão inseridos os contratos de arrendamento	258
3 Fundamentos jurídicos para maior flexibilidade dos contratos de arrendamento.....	259
3.1 A mutabilidade dos contratos administrativos.....	259
3.2 Os limites para alteração dos contratos administrativos.....	263
3.3 O princípio da eficiência no setor portuário.....	268
3.4 A possibilidade de competição entre infraestruturas portuárias sujeitas a regimes jurídicos distintos	270

4	Conclusões.....	272
	Referências.....	275

O modelo conhecido como *private landlord port* e a concessão de portos no direito brasileiro

Marcos Augusto Perez, João Henrique de Moraes Goulart,

Anna Beatriz Savioli	277	
1	Introdução.....	277
2	O <i>private landlord port</i> (PLP) e as outras modalidades de gestão portuária	281
2.1	Modelos de exploração portuária	282
2.1.1	<i>Service port</i>	283
2.1.2	<i>Tool port</i>	284
2.1.3	<i>Landlord port</i> (LP)	285
2.1.4	<i>Fully privatized port</i>	286
2.1.5	<i>Private landlord port</i> (PLP)	287
2.1.5.1	Elementos fundamentais	288
2.1.5.2	Experiências internacionais.....	290
2.1.5.2.1	O caso do Porto de Melbourne	290
2.1.5.2.2	A concessão do Porto de Pireu	293
3	O direito brasileiro e o modelo <i>private landlord port</i>	295
3.1	O desenho constitucional da gestão portuária	296
3.2	Instrumentos para delegação da gestão do porto organizado na Lei nº 12.815/2013	299
4	Conclusões.....	303
	Referências.....	304

A regulação do setor aquaviário nacional

Mário Povia	309
--------------------------	-----

A proposta de estímulo ao transporte por cabotagem no Brasil

Rodrigo Pagani de Souza	329	
	Introdução.....	329
1	Como é hoje a disciplina do transporte de cargas por navegação de cabotagem no Brasil	330
1.1	Noção jurídica de cabotagem, empresas autorizadas, tipos de embarcação e modalidades de afretamento	330

1.2	As múltiplas barreiras legais ao incremento da participação estrangeira no mercado brasileiro de cabotagem	333
1.3	As competências regulatórias na Antaq sobre o transporte de cargas por cabotagem	334
2	Da proposição de abertura do mercado à maior participação de embarcações estrangeiras	339
3	Crítica ao esvaziamento das atribuições regulatórias da Antaq sobre a cabotagem	342
	Considerações finais.....	347
	Referências.....	348

Prorrogação dos contratos de arrendamento e a Portaria nº 530/2019 – MÍnfra: limites à discricionariedade

Sebastião Botto de Barros Tojal, Danielle da Silva Franco	349	
1	Introdução.....	349
2	Breve histórico da legislação portuária	350
3	Prorrogação dos contratos de arrendamento	352
4	Acórdão nº 1.446/2018 – TCU – Plenário: obrigatoriedade de regulamentação do tema.....	356
5	Portaria nº 530/2019 – MÍnfra: requisitos para prorrogação dos contratos de arrendamento vigentes	359
6	Prorrogação do contrato de arrendamento: discricionariedade ou vinculação?.....	364
7	Conclusões.....	368
	Referências	369

Regulação e controle externo do contrato de uso temporário no setor portuário

Sérgio Guerra	371	
1	Origem dos contratos operacionais (1966 – 1993).....	373
2	Atipicidade dos contratos operacionais (1993 – 2001)	374
3	Regulação dos contratos de uso temporário pela Antaq (2011 – 2017)	378
4	Nulidade dos contratos de uso temporário por decisão judicial (2017 – 2020)	379
5	Positivção dos contratos de uso temporário de bens e instalações do setor portuário (2020).....	381
6	Controle de contas sobre a regulação dos contratos de uso temporário	382

6.1	Posicionamento do TCU em 2009 (Acórdão nº 2.896).....	382
6.2	Posicionamento do TCU em 2013 (Acórdão TCU nº 1.514)	386
6.3	Posicionamento do TCU em 2020 (Acórdão TCU nº 2.711).....	392
	Conclusão	392
	Referências.....	394

20 anos da regulação independente do setor de logística: avanços e perspectivas

	Vitor Rhein Schirato, Luiza Nunes	395
1	Introdução.....	395
2	A origem da ANTT e da Antaq e os bens jurídicos por elas tutelados.....	396
3	Acertos e erros: o que vimos em 20 anos?.....	400
4	O papel da regulação na área de logística e as responsabilidades da ANTT e da Antaq.....	406
5	Conclusões.....	409

Restrições de participação em licitações com base em poder de mercado

	Vinicius Marques de Carvalho, Eduardo Frade, Anna Binotto	411
1	Introdução.....	411
2	As restrições nas concessões de aeroportos.....	414
3	O caso dos leilões do setor portuário.....	417
4	Reflexões e conclusões	423
	Referências.....	424

	SOBRE OS AUTORES	425
--	-------------------------------	-----

SEBASTIÃO BOTTO DE BARROS TOJAL
JORGE HENRIQUE DE OLIVEIRA SOUZA
Coordenadores

Armando Castelar Pinheiro
Prefácio

DIREITO E INFRAESTRUTURA
RODOVIAS E FERROVIAS –
20 ANOS DA LEI Nº 10.233/2001

2

© 2021 Editora Fórum Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Távares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luís Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Imagem de capa: www.freepik.com

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do e-mail editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

D598	Direito e infraestrutura: rodovias e ferrovias – 20 anos da Lei nº 10.233/2001 / Sebastião Botto de Barros Tojal, Jorge Henrique de Oliveira Souza (Coord.). – Belo Horizonte : Fórum, 2021.
	434p; 17x24cm
	v. 2. Obra em dois volumes.
	ISBN: 978-65-5518-209-5
	1. Direito Público. 2. Direito Regulatório. 3. Contratos Administrativos. I. Tojal, Sebastião Botto de Barros. II. Souza, Jorge Henrique de Oliveira. III. Título.
	CDD 341.3
	CDU 342.9

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

TOJAL, Sebastião Botto de Barros; SOUZA, Jorge Henrique de Oliveira (Coord.). *Direito e infraestrutura: rodovias e ferrovias – 20 anos da Lei nº 10.233/2001*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. v. 2, 434p. ISBN 978-65-5518-209-5.

SUMÁRIO

 PREFÁCIO

Armando Castelar Pinheiro.....13

 Concessões ferroviárias e *jus variandi* das concessionárias

Carlos Ari Sundfeld.....25

 Introdução.....25

1 O objeto nas concessões26

2 Concessões pela zona e o setor ferroviário30

3 O *jus variandi* das concessionárias e seu reflexo na equação
 econômico-financeira35

 Referências.....41

 A prorrogação antecipada dos contratos de concessão de ferrovia:
 análise do julgamento do STF na ADI nº 5.991

Egon Bockmann Moreira, Heloisa Conrado Caggiano.....45

 Introdução.....45

1 Os fundamentos da ação direta de inconstitucionalidade47

2 O conteúdo do art. 37, *caput* e inc. XXI, e art. 175,
 parágrafo único, inc. IV da Constituição.....49

3 Incompletude e mutabilidade dos contratos de concessão52

4 A conatural prorrogação dos contratos de concessão56

5 Aspectos legais questionados para a prorrogação antecipada
 de concessões ferroviárias: a decisão do STF59

5.1 Primeiro aspecto: o critério para se aferir a prestação adequada
 do serviço.....59

5.2 Segundo aspecto: a extinção dos contratos de arrendamento
 e o regime de bens62

5.3 Terceiro aspecto: previsão de investimentos em malha
 não concedida65

 Considerações finais.....67

Por que uma agência reguladora de transportes?

Fernando S. Marcato, Gabriel Ribeiro Fajardo	69
Introdução.....	69
1 A evolução regulatória no Brasil	71
2 A importância da regulação para o Estado e para os parceiros privados	74
3 Por que uma agência reguladora de transportes e como estruturá-la?.....	78
Conclusão	81
Referências	81

Transferência da titularidade da concessão na Lei nº 10.233/01, à luz do regime geral das concessões

Fernando Menezes de Almeida	83
1 Apresentação.....	83
2 Regras gerais sobre a cessão contratual	84
3 Transferência da concessão e transferência do controle societário da concessionária.....	86
4 As exigências legais para a transferência.....	89
5 Desnecessidade de licitação para a transferência	92
Referências	100

Dilemas regulatórios na prestação do serviço de transporte coletivo rodoviário interestadual e internacional de passageiros: a autorização de serviço público na Lei nº 10.233/01 ante as inovações tecnológicas que impactam o setor de transportes

Gustavo Justino de Oliveira, Pedro da Cunha Ferraz	103
1 Introdução	103
2 O sistema de delegação do serviço público de transporte rodoviário coletivo de passageiros na Lei nº 10.233/2001.....	105
3 A autorização como instrumento de delegação de serviço público: visões doutrinárias e jurisprudenciais	107
3.1 A doutrina	107
3.2 A jurisprudência	111
4 A discussão na ADI nº 5.549/DF e na ADI nº 6.270/DF.....	114
5 Novos modelos de prestação do serviço de transporte coletivo rodoviário e a autorização de serviço público.....	116
6 Conclusão	119
Referências.....	120

Arbitragem nas concessões de transporte envolvendo a ANTT: uma análise comparativa da Resolução nº 5.485/2019 e do Decreto nº 10.025/2019

Gustavo Justino de Oliveira, Felipe Razzini	123
1 O incremento do uso da arbitragem pela ANTT	123
2 Análise comparativa da Resolução ANTT nº 5.845/2019 com o Decreto Federal nº 10.025/2019	126
2.1 As convergências normativas	126
2.2 As divergências normativas.....	130
3 Novos desdobramentos do cenário normativo e negocial favorável à arbitragem no âmbito da ANTT	131
4 Sinalizações finais	133
Referências	134

Direito administrativo sancionador regulatório da ANTT. Desafios no aperfeiçoamento da regulação

José Roberto Pimenta Oliveira, Dinorá Adelaide Musetti Grotti	135
1 Introdução.....	135
2 Regulação e direito administrativo sancionador	137
3 Direito administrativo sancionador regulatório da ANTT.....	148
4 Principais desafios do DAS da ANTT na regulação de rodovias concedidas	151
5 Conclusões.....	160
Referências.....	162

Qualidade e governança regulatória: uma análise da qualidade da regulação da ANTT e da Antaq

José Vicente Santos de Mendonça, Michelle Moretzsohn Holperin	167
1 Introdução	167
2 Qualidade ou governança regulatória?	168
3 Qualidade regulatória: como ANTT e Antaq comparam-se às demais agências federais?	169
3.1 Autonomia: o corpo de dirigentes e o contingenciamento de recursos.....	170
3.2 Participação social: uso de consultas e audiências públicas	171
3.3 Tomada de decisão: uso da análise de impacto regulatório	174
4 Observações finais.....	177
Referências.....	177

A experiência dos termos de ajuste de conduta na Agência Nacional de Transportes Terrestres: em busca da consensualidade efetiva

Juliana Bonacorsi de Palma	181
1 A consensualidade na regulação de transportes terrestres: importância de seu estudo para o desenvolvimento dos acordos administrativos no Brasil.....	181
2 Construção da consensualidade no âmbito da ANTT: do pragmatismo à segurança jurídica	183
2.1 Estágio inicial: Resolução nº 152/2003.....	183
2.2 Ampliação, desenvolvimento incremental do TAC no âmbito da ANTT: o surgimento pragmático do TAC Plano de Ação e do TAC Multas.....	185
2.3 O modelo de consensualidade na ANTT desafiado.....	187
2.4 Nova disciplina do TAC no âmbito da ANTT: Resolução nº 5.823/2018 e Portaria ANTT nº 24/2021	193
3 A experiência da consensualidade no âmbito da ANTT: uma abordagem a partir do setor rodoviário.....	195
3.1 Experiência do TAC Plano de Ação.....	195
3.2 Experiência do TAC Multas.....	199
4 Considerações finais. Desafio da ANTT para os próximos 20 anos da Lei nº 10.223/2001: a introdução da consensualidade efetiva	205
Referências.....	208

Análise do desenvolvimento de modelagens contratuais no Programa de Concessões de Rodovias Federais

Laís Ribeiro de Senna	211
1 Introdução.....	211
2 Contratos de concessão.....	212
3 Análise do Procrofe	215
3.1 Primeira etapa.....	215
3.1.1 Licitação	216
3.1.2 Modelagem contratual.....	218
3.1.3 Execução	219
3.2 Segunda etapa.....	224
3.2.1 Licitação	225
3.2.2 Modelagem contratual.....	225
3.2.3 Execução	226
3.3 Terceira etapa	229

3.3.1	Licitação	230
3.3.2	Modelagem contratual.....	231
3.3.3	Execução	232
3.4	Quarta etapa	234
3.4.1	Licitação	235
3.4.2	Modelagem contratual	236
3.4.3	Execução	238
4	Análise das alterações de modelagem contratual no desenvolvimento do Procrofe	239
5	Conclusão	243
	Referências	244
	Anexo.....	249

Da judicialização, via ação civil pública, de demandas com o objeto de coibir a reiterada prática de tráfego com excesso de peso nas rodovias federais brasileiras *versus* a atuação da ANTT: um estudo empírico dos fatos

Mauro Luiz Campbell Marques	251	
1	Introdução.....	251
2	Brevíssimas notas quanto ao poder normativo/extroverso das agências reguladoras no Brasil	252
3	Da Agência Nacional de Transporte Terrestre.....	256
3.1	Da polícia administrativa a cargo da ANTT	258
4	Da ação civil pública proposta pelo Ministério Público Federal em desfavor de empresa de transporte que trafega com excesso de peso em rodovias federais	260
5	Conclusão	264
	Referências.....	265

ANTT e qualidade regulatória: o caminho se faz ao caminhar

Patricia Pessoa Valente	267	
1	Introdução.....	267
2	A revisão da literatura em pesquisa empírica sobre a performance regulatória da ANTT	269
3	A qualidade regulatória na agenda da ANTT.....	273
4	O caso do operador ferroviário independente – OFI	278
5	Conclusão	282
	Referências.....	283

A arbitragem nos setores de infraestrutura

Rafael Valim, Walfrido Warde	287
1 A arbitragem no direito público: para além dos maniqueísmos	287
2 A arbitragem no direito administrativo brasileiro.....	288
3 Aspectos relevantes do Decreto Federal nº 10.025/2019	289
4 A eficácia da sentença arbitral perante os tribunais de contas	291
5 Conclusão	292
Referências	293

Evolução dos mecanismos não sancionatórios de incentivo ao cumprimento de obrigações pelas concessionárias de rodovias federais

André Isper Rodrigues Barnabé, Rodrigo Pinto de Campos,

Renata Perez Dantas	295
1 Introdução.....	295
2 Primeira etapa: sem desconto tarifário.....	297
3 Segunda etapa: mudanças no paradigma regulatório e introdução do desconto de reequilíbrio	299
4 Terceira etapa: introdução do fator D.....	301
5 Quarta etapa: divisão entre fator D, fator A e fator E.....	305
6 Quinta etapa: novos mecanismos de incentivo à performance contratual.....	307
7 Conclusão	311
Referências.....	312

A Súmula nº 7/2020 da ANTT e a importância da promoção da cultura de respeito aos precedentes na Administração Pública

Renata Rocha Villela	313
1 Introdução.....	313
2 Antecedentes à edição da Súmula nº 7/2020	314
3 A edição de súmulas por agências reguladoras: normas e procedimentos.....	319
4 O respeito aos precedentes por órgãos e entidades da Administração Pública: previsão legal, importância e incentivos.....	327
5 Conclusões.....	335
Referências.....	336

O avanço regulatório no setor rodoviário e o risco de demanda

Rodrigo Barata	339
1 Introdução.....	339
2 A concessão e o risco	344
3 A evolução regulatória nas concessões rodoviárias	346
4 A discussão do risco de demanda fica cada vez mais inadiável	348
5 A demanda incerta e o mecanismo de compartilhamento do risco.....	355
6 Regiões urbanas e a solução operacional	357
7 Conclusão	359
Referências	360

Aspectos regulatórios e concorrenciais do operador ferroviário independente: análise da Resolução nº 5.920/2020 – ANTT

Sebastião Botto de Barros Tojal, Bruna Souza da Rocha	363
1 Introdução.....	363
2 Modelo <i>open access</i> e surgimento do OFI.....	365
3 Aspectos regulatórios e concorrenciais da Resolução nº 5.920/2020 – ANTT	370
3.1 Saída da Valec da relação concessionária – OFI.....	370
3.2 Prazo indeterminado da outorga, possibilidade de investimentos e risco regulatório	373
3.3 Ausência de mecanismos que evitem discriminação e abuso de poder pelas concessionárias	376
3.3.1 Amplitude do acesso.....	376
3.3.2 Preço do acesso	379
3.3.3 Qualidade do acesso	382
4 Inadequação da via eleita para a regulamentação do OFI: necessidade de uma política pública de Estado para o setor ferroviário	383
5 Conclusão	385
Referências	387

Os princípios jurídicos da Lei nº 10.233/2001

Sergio Ferraz	389
1 Princípios jurídicos; um acerto semântico	389
2 Os princípios do art. 11 da Lei nº 10.233; incs. I, II, V e XI.....	392
3 Os incs. III, IV, VI, X e XII	394

4	Os incs. VII, VIII e IX.....	395
5	Conclusões.....	397

Concessão de rodovia: análise crítica da prática contratual brasileira

Gustavo Gil Gasiola, Thiago Marrara.....	399	
1	Introdução.....	399
2	Mecanismos jurídicos de delegação de rodovias no Brasil	401
3	Problemática das concessões de rodovias	404
4	Análise de editais e minutas: delimitação e método	409
5	Pontos de convergência na modelagem concessória.....	412
5.1	Prorrogação contratual	412
5.2	Modelo de tarifação.....	413
5.3	Receitas alternativas.....	414
5.4	Reequilíbrio econômico-financeiro	415
5.5	Meios alternativos de solução de conflitos	416
6	Pontos de divergência na modelagem concessória	417
6.1	Pontos de evolução.....	417
6.1.1	Prazo contratual.....	417
6.1.2	Riscos do concessionário	417
6.1.3	Riscos do poder concedente.....	419
6.1.4	Habilitação	421
6.1.5	Garantias.....	422
6.1.6	Mudanças pontuais.....	422
7	Política regulatória da ANTT após a 3ª Etapa de Concessões das Rodovias Federais	423
8	Conclusões da comparação empreendida	424
	Referências	428
SOBRE OS AUTORES.....	431	